



REGIMENTO INTERNO

CÂMARA DE VEREADORES

PASSA SETE





REGIMENTO INTERNO

SUMÁRIO

TÍTULO I

Da Câmara Municipal de Passa Sete-RS

CAPITULO I

Das Funções da Câmara.....Arts.1º a 6º

CAPITULO II

Da Sede da CâmaraArts 7º e 8º

CAPITULO III

Da Instalação da Câmara.....Arts.9º a 17

TÍTULO II

Dos órgãos da Câmara Municipal

CAPITULO I

Da Mesa da Câmara

Seção I

Da Formação da Mesa e de suas Modificações.....Arts.18 a 28

Seção II

Da Competência da Mesa.....Arts.29 a 34

Seção III

Das Atribuições Específicas dos Membros da Mesa.....Arts 35 a 41

CAPITULO II

Do PlenárioArts.42 e 43

CAPITULO III

Das Comissões

Seção I

Da Finalidade das Comissões e de suas Modalidades....Arts.44 a 54

Seção II

Da Formação das Comissões e de suas Modificações.....Arts.55 a 60

Seção III

Do Funcionamento das Comissões Permanentes.....Arts.61 a 72

Seção IV

Da Competência das Comissões Permanentes.....Arts.73 a 77



TITULO III Dos Vereadores

CAPITULO I

Do Exercício da Vereança.....Arts.78 a 81

CAPITULO II

Da Interrupção e da Suspensão do Exercício da Vereança e das Vagas
.....Arts.82 a 86

CAPITULO III

Da Liderança Parlamentar.....Arts.87 a 90

CAPITULO IV

Das Incompatibilidades e dos Impedimentos.....Arts.91 e 92

CAPITULO V

Da Remuneração dos Agentes Políticos.....Arts.93 a 97

TITULO IV

Das Proposições e da sua Tramitação

CAPITULO I

Das Modalidades de Proposição e de sua Forma.....Arts.98 a 101

CAPITULO II

Das Proposições em Espécie.....Arts.102 a 112

CAPITULO III

Da Apresentação e da Retirada da Proposição.....Arts.113 a 117

CAPITULO IV

Da Tramitação das Proposições.....Arts.118 a 125

TITULO V

Das Sessões da Câmara

CAPITULO I

Das Sessões em Geral.....Arts.126 a 135

CAPITULO II

Das Sessões Ordinárias.....Arts.136 a 146

CAPITULO III

Das Sessões Extraordinárias.....Arts.147 e 148

CAPITULO IV



Das Sessões Solenes.....Art.149

TÍTULO VI

Das Discussões e das Deliberações

CAPÍTULO I

Das Discussões.....Arts.150 a 154

CAPÍTULO II

Da Disciplina dos Debates.....Arts.155 a 160

CAPÍTULO III

Das Deliberações.....Arts.161 a 173

TÍTULO VII

Da Elaboração Legislativa Especial e dos Procedimentos de Controle

CAPÍTULO I

Da Elaboração Legislativa Especial

Seção I

Do Orçamento.....Arts.174 a 176

Seção II

Das Codificações.....Arts.177 e 178

CAPÍTULO II

Dos Procedimentos de Controle

Seção I

Do Julgamento das Contas.....Arts.179 a 182

Seção II

Do Processo de Perda de Mandato.....Arts.183 a 185

Seção III

Da Convocação dos Secretários Municipais.....Arts.186 a 192

Seção IV

Do Processo Destituidório.....Art.193

TÍTULO VIII

Do Regimento Interno e da Ordem Regimental

CAPÍTULO I

Das Questões de Ordem e dos Procedentes.....Arts.194 a 197

CAPÍTULO II

Da Divulgação do Regimento e de sua Reforma.....Arts.198 e 199



TÍTULO IX
Da Gestão dos Serviços Internos da Câmara

Arts.....Arts.200 a 207

TÍTULO X
Disposições Gerais e Transitórias

Arts.....Arts.208 a 210





RESOLUÇÃO Nº 005/97

Estabelece o Regimento Interno da
Câmara Municipal de Vereadores de
Passa Sete - RS.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Passa Sete, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução Legislativa.

TÍTULO I **DA CÂMARA MUNICIPAL** **Capítulo I** **Das Funções da Câmara**

Art. 1º: O Poder Legislativo local é exercido pela Câmara Municipal, que tem funções Legislativas, de fiscalização financeira e de controle externo do Executivo, de julgamento político administrativo, desempenhando ainda as atribuições que lhe são próprias, atinentes à gestão dos assuntos de sua economia interna.

Art. 2º: As funções legislativas da Câmara Municipal consistem na elaboração à Lei Orgânica, Leis Complementares, Leis Ordinárias, Decretos Legislativos e Resoluções sobre quaisquer matérias de competência do município.

Art. 3º: As funções de fiscalização financeira, consistem no exercício do controle da Administração local, principalmente quando à execução orçamentária e ao julgamento das contas apresentadas pelo Prefeito, integradas estas aquelas da própria Câmara, sempre mediante o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 4º: As Funções de controle externo da Câmara, implicam a vigilância dos negócios do Executivo em geral, sob os prismas da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e da ética político-administrativa, com a tomada das medidas sanatórias que se fizerem necessárias.

Art. 5º: As funções julgadoras ocorrem nas hipóteses em que é necessário julgar os Vereadores, quando tais agentes políticos cometem infrações político-administrativas previstas em lei.

Art.6º: A gestão dos assuntos de economia interna da Câmara, realiza-se através da disciplina regimental de suas atividades e sua estruturação e da administração de seus serviços auxiliares.



CAPÍTULO II

Da Sede da Câmara

Art.7º: A Câmara Municipal terá sua sede a partir do dia 1º de janeiro de 2001 na Av. Pinheiro nº 1500, nesta cidade de Passa Sete.

Art.8º: No recinto de reuniões do plenário não poderão ser afixados quaisquer símbolos, quadros, faixas, cartazes ou fotografias que impliquem propaganda político-partidárias, ideológica, religiosa ou de cunho promocional de pessoas vivas ou de entidades de qualquer natureza.

Parágrafo Único: O disposto neste artigo não se aplica à colocação de brasão ou bandeiras do País, Estado e Município, na forma da legislação aplicável, bem como de obra artística de autor consagrado e quando da realização de eventos.

CAPÍTULO III

Da Instalação da Câmara

Art.9º: A Câmara Municipal instalar-se-à, em Sessão Especial no dia previsto pela Lei Orgânica Municipal como o de início da legislatura, quando será presidida pelo Vereador mais votado entre os presentes.

Parágrafo Único: A instalação ficará adiada para o dia seguinte, e assim sucessivamente, se à Sessão que lhe corresponder não houver o comparecimento de pelo menos 03 (Três) Vereadores, e se essa situação persistir, até o último dia do prazo a que se refere o art. 12; A partir deste a instalação será presumida para todos os efeitos legais.

Art.10: Os Vereadores munidos do respectivo diploma, tomarão posse na Sessão de instalação, perante o Presidente provisório a que se refere o art.9º, o que será objeto de termo lavrado em livro próprio por Vereador Secretário "ad hoc" indicado por aquele, e após haverem todos, manifestado compromisso, que será lido pelo Presidente, que consistirá da seguinte fórmula:

"MANTER, DEFENDER E CUMPRIR A LEI ORGÂNICA, OBSERVAR AS LEIS DA UNIÃO, ESTADO E MUNICÍPIO, PROMOVER O BEM GERAL DOS MUNICÍPIOS E EXERCER O CARGO SOB OS AUSPÍCIOS DA DEMOCRACIA, DA LEGITIMIDADE E DA LEGALIDADE".

Art.11: Prestando o compromisso pelo Presidente, o Vereador Secretário "ad hoc" fará a chamada nominal de cada Vereador, que declarará:
"Assim eu prometo".

Art.12: O Vereador que não tomar posse na Sessão prevista no art. 10, deverá fazê-lo no prazo de 15 (Quinze) dias, salvo motivo justo e aceito pela Câmara Municipal, e prestará compromisso individualmente utilizando a fórmula do art. 10.

Art.13: Imediatamente após a posse, os Vereadores deverão apresentarem declaração de bens, repetida anualmente até o término do mandato.



Art.14: Cumprido o disposto do art.13, o Presidente provisório facultará a palavra por 5 (Cinco) minutos a cada um dos Vereadores indicados pelas respectivas bancadas, e a quaisquer autoridades presentes que desejarem manifestar-se.

Art.15: Antes do encerramento da Sessão de instalação, o Presidente provisório, convocará os Vereadores presentes para Sessão Extraordinária, com a finalidade de eleger os componentes da Mesa, conforme art. 19.

Art.16: O Vereador que não se empossar no prazo previsto no art. 12, não mais poderá fazê-lo, aplicando-se-lhe o disposto no art. 83.

Art.17: O Vereador que se encontrar em situação incompatível com o exercício do mandato, não poderá empossar-se sem prévia comprovação da desincompatibilidade, o que se dará, impreterivelmente, no prazo a que se refere o art.12.

TÍTULO II **DOS ÓRGÃOS DA CÂMARA MUNICIPAL**

Capítulo I

Da Mesa da Câmara

Seção I

Da Formação da Mesa e de suas Modificações

Art.18: A Mesa da Câmara compõe-se dos cargos de Presidente, Vice-Presidente e Secretário, com mandato de 1 (Um) ano, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

Parágrafo Único: Haverá um suplente de Secretário, que somente se considerará integrante da Mesa quando em efetivo exercício.

Art.19: Imediatamente após a posse, os Vereadores reunir-se-ão sob a Presidência do Vereador mais votado entre os presentes, e havendo maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão os componentes da Mesa, que ficarão automaticamente empossados.

§1º: Na hipótese de não haver número suficiente para eleição da Mesa, o Vereador mais votado entre os presentes, permanecerá na presidência e convocará sessões diárias, até que seja eleita a Mesa.

§2º: A eleição para renovação da Mesa realizar-se-á obrigatoriamente na última sessão ordinária da sessão legislativa, empossando-se os eleitos em 1º de Janeiro.

§3º: A eleição dos membros da Mesa far-se-á por maioria simples, assegurando-se o direito de voto inclusive aos candidatos a cargos da Mesa, utilizando-se para votação, cédulas únicas de papel, as quais serão recolhidas em urna que circulará pelo plenário por intermédio de servidor da casa expressamente designado.

§4º: A votação far-se-á pela chamada, em ordem alfabética dos nomes dos Vereadores, pelo Presidente em exercício, o qual procederá à contagem dos votos e a proclamação dos eleitos.



Art.20: Para as eleições a que se refere o "caput" do art.19, poderão concorrer quaisquer Vereadores titulares, ainda que tenham participado da Mesa da legislatura precedente; Para as eleições a que se refere o §2º do art.19.

Art.21: Na hipótese da instalação presumida da Câmara, a que se refere o parágrafo único do art.9º, o único Vereador presente será considerado empossado automaticamente e assumirá a Presidência da Câmara, com todas as prerrogativas legais que estabelece este regimento.

Art.22: Em caso de empate nas eleições para membros da Mesa, proceder-se-á o segundo escrutínio para desempate, e se o empate persistir, o terceiro escrutínio, após o qual, se ainda não tiver havido definição, o concorrente mais votado nas eleições será proclamado vencedor.

Art.23: Os Vereadores eleitos para a Mesa serão empossados mediante termo lavrado pelo Secretário em exercício, na sessão em que se realizar sua eleição e entrarão imediatamente em exercício.

Art.24: Somente se modificará a composição da Mesa ocorrendo vaga do cargo de Presidente ou de Vice-Presidente.

Parágrafo Único: Se a vaga for do cargo de Secretário, assumi-lo-à o respectivo suplente (Ver art.18-parágrafo único).

Art.25: Considerar-se-á vago qualquer cargo da Mesa quando:

- I- Extinguir-se mandato político do respectivo ocupante, ou se este o perder;
- II- Licenciar-se o membro da Mesa do mandato de Vereador por prazo superior a 120 (Cento e vinte) dias;
- III- Houver renúncia do cargo da Mesa pelo seu titular com aceitação do plenário;
- IV- For o Vereador destituído da Mesa por decisão do plenário.

Art.26: A renúncia pelo Vereador ao cargo que ocupa na Mesa será feita mediante justificção por escrita apresentada no plenário.

Art.27: A destituição de membro efetivo da Mesa e Comissões, somente poderá ocorrer quando comprovadamente desidioso, ineficiente ou quando tenha se preva-
lecido do cargo para fins ilícitos, dependendo de deliberação do plenário pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores, acolhendo o representação de qualquer Vereador (Ver art.193).

Art.28: Para o preenchimento do cargo vago da Mesa, haverá eleições suplementares na primeira sessão ordinária seguinte àquela na qual se verificar a vaga, observado o disposto nos arts. 19 a 21.



SEÇÃO II Da Competência da Mesa

Art.29: A Mesa é o órgão diretor de todos os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara.

Art.30: Compete à Mesa da Câmara privativamente em colegiado:

I - Propor ao Plenário Projetos de Lei que criem, transformem e extingam cargos, empregos ou funções da Câmara Municipal, bem como fixação da respectiva remuneração, observada as determinações legais.

II- Declarar a perda de mandato de Vereador, de ofício ou por provocação de qualquer dos membros da Câmara, assegurada ampla defesa, nos termos do presente Regimento Interno;

III- Elaborar e encaminhar ao Prefeito a proposta parcial do orçamento da Câmara, para ser incluída na proposta geral do Município, respeitando a legislação em vigor.

IV- Propor os Projetos de Lei que estabeleçam ou atualizam o subsídio do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e Vereadores, em conformidade com a legislação em vigor.

V- Propor as Resoluções e os Decretos Legislativos concessivos de licenças e afastamentos ao Prefeito;

VI- Representar em nome da Câmara, junto aos Poderes da União, do Estado e do Distrito Federal;

VII- Organizar cronograma de desembolso das dotações da Câmara vinculadamente ao transpasse mensal das mesmas pelo executivo;

VIII- Proceder à redação final das Resoluções e Decretos Legislativos;

IX- Deliberar sobre convocação de sessões extraordinárias da Câmara;

X- Receber ou recusar as proposições apresentadas sem observância das disposições regimentais;

XI- Extinto pela Resolução nº 003/2009.

XII- Extinto pela Resolução nº 001/2014.

XIII- Deliberar sobre a realização de Sessões Solenes fora da sede da Edilidade;

XIV- Determinar, no início da legislatura, o arquivamento das proposições não apreciadas na legislatura anterior (Ver. art.117).

Art.31: A Mesa decidirá sempre por maioria de seus membros.

Art.32: O Vice-Presidente substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos e será substituído, nas mesmas condições, pelo Secretário, assim como este pelo suplente.

Art.33: Quando, antes de iniciar-se determinada Sessão Ordinária ou Extraordinária, verificar-se a ausência dos membros efetivos da Mesa, assumirá a Presidência o suplente de Secretário, e se também não houver comparecido, fá-lo-á o Vereador mais idoso presente, que convidará qualquer dos demais Vereadores para as funções de Secretário "ad hoc".



Art.34: A Mesa reunir-se-á independentemente do Plenário, para apreciação prévia de assuntos que serão objeto de deliberação da Edilidade que, por sua especial relevância, demandem intenso acompanhamento e fiscalização ou ingerência do Legislativo.

SEÇÃO III

Das Atribuições Específicas dos Membros da Mesa

Art.35: O presidente da Câmara é a mais alta autoridade da Mesa, dirigindo-a e ao plenário, em conformidade com as atribuições que lhe conferem este Regimento Interno.

Art.36: Compete ao Presidente da Câmara:

- I- Representar a Câmara Municipal em Juízo, inclusive prestando informações em mandado de segurança contra ato da Mesa ou Plenário;
- II- Dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara;
- III- Interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno;
- IV- Promulgar as Resoluções e os Decretos Legislativos, bem como as Leis que receberem sanção tácita e as cujo Veto tenha sido rejeitado pelo Plenário e não tenham sido promulgadas pelo Prefeito Municipal;
- V- Fazer publicar os atos da Mesa, bem como as Resoluções, os Decretos Legislativos e as Leis por ele promulgadas;
- VI- Declarar extinto o mandato do Prefeito, Vice-Prefeito e dos Vereadores, nos casos previstos em Lei;
- VII- Requisitar o numerário destinado às despesas da Câmara;
- VIII- Exercer, em substituição, a chefia do Executivo Municipal nos casos previstos em Lei;
- IX- ~~Extinto pela Resolução nº 001/2014.~~
- X- Mandar prestar informações por escrito e expedir certidões requeridas para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações;
- XI- ~~Extinto pela Resolução nº 001/2014.~~
- XII- Administrar os serviços da Câmara Municipal, fazendo lavrar os atos pertinentes a essa área de gestão;
- XIII- Representar a Câmara junto ao Prefeito, às autoridades Federais, Estaduais, Distritais e perante as entidades privadas em geral;
- XIV- Credenciar agente de imprensa, rádio e televisão para o acompanhamento dos trabalhos legislativos;
- XV- Fazer Expedir convites para as Sessões Solenes da Câmara Municipal às pessoas que por qualquer título mereçam a honraria;
- XVI- Conceder audiências ao público, a seu critério, em dias e horas prefixadas;
- XVII- Requisitar força, quando necessária à preservação da regularidade de funcionamento da Câmara;
- XVIII- Empossar os Vereadores retardatários e suplentes, e declarar empossados o Prefeito e o Vice-Prefeito, após a investidura dos mesmos nos respectivos cargos perante o plenário;



XIX- Declarar extinto os mandatos do Prefeito, do Vice-Prefeito, de Vereador e de suplente, nos casos previstos em lei ou em decorrência de decisão judicial, em face de deliberação do plenário, e expedir Decreto Legislativo de perda de mandato;

XX- Convocar suplente de Vereador, quando for o caso (Ver art.86);

XXI- Declarar destituído membro da Mesa ou de Comissão Permanente, nos casos previstos neste Regimento (Ver art.27);

XXII- Extinto pela Resolução nº 001/2014.

XXIII- Convocar verbalmente os membros da Mesa, para as reuniões previstas no art.34 deste regimento;

XXIV- Dirigir as atividades legislativas da Câmara em geral, em conformidade com as normas legais deste Regimento, praticando todos os atos que explícita ou implicitamente, não caibam ao plenário, à Mesa em conjunto, às Comissões, ou a qualquer integrante de tais órgãos individualmente considerados, e em especial exercendo as seguintes atribuições;

a) Convocar Sessões Extraordinárias da Câmara, e comunicar as convocações partidas do Prefeito ou a requerimento de um terço dos membros da casa, inclusive no recesso;

b) Superintender a organização da pauta dos trabalhos legislativos;

c) Abrir, presidir e encerrar as Sessões da Câmara e suspende-las, quando necessário;

d) Determinar a leitura das atas pelo Vereador Secretário.

e) Cronometrar a duração do tempo dos oradores, anunciando o início e o término respectivos;

f) Manter a ordem do recinto da Câmara, concedendo a palavra aos oradores, cassando-a, disciplinando os apartes e advertindo todos os que incidirem em excessos;

g) Resolver as questões de ordem;

h) Interpretar o Regimento Interno, para aplicação às questões emergentes, sem prejuízo de competência do plenário para deliberar a respeito, se o requerer qualquer Vereador (Ver. art.197).

i) Anunciar a matéria a ser votada e proclamar o resultado da votação;

j) Preceder à verificação de 'quorum', de ofício ou a requerimento de Vereador;

l) Encaminhar os processos e os expedientes às Comissões Permanentes, para parecer, controlando-lhes o prazo, e esgotado este sem pronunciamento, proceder-se-á de acordo com a Lei Orgânica do Município;

XXV- Praticar os atos essenciais de intercomunicação com o Executivo, notadamente:

a) Receber as mensagens de propostas legislativas, fazendo-as protocolarizar;

b) Encaminhar ao Prefeito, por ofício, os Projetos de Lei aprovados e comunicar-lhes os Projetos de sua iniciativa desaprovados, bem como os Vetos rejeitados ou mantidos;

c) Solicitar ao Prefeito as informações pretendidas pelo plenário e convidá-lo a comparecer ou fazer que compareçam à Câmara os seus auxiliares para explicações, quando haja convocação da Edilidade em forma regular;

d) Solicitar mensagem com prepositura de autorização legislativa para suplementação dos recursos da Câmara, quando necessário;

XXVI- Ordenar as despesas da Câmara Municipal;



XXVII- Determinar licitação para contratações administrativas de competência da Câmara quando exigível;

XXVIII- Administrar o pessoal da Câmara fazendo lavrar e assinando os atos de nomeação, promoção, reclassificação, exoneração, aposentadoria, concessão de férias e de licença, atribuindo aos servidores do Legislativo vantagens legalmente autorizadas, determinando a apuração de responsabilidades administrativas civil e criminal de servidores faltosos e aplicando-lhes penalidades; Julgando os recursos hierárquicos de servidores da Câmara; Praticando quaisquer outros atos atinentes a essa área de sua gestão;

XXIV- Mandar expedir Certidões requeridas para a defesa de direito e esclarecimentos de situações de interesse pessoal;

XXX- Exercer atos de poder de polícia em quaisquer matérias relacionadas com as atividades da Câmara Municipal dentro ou fora do recinto da mesma;

Art.37: O Presidente da Câmara, quando estiver substituindo o Prefeito, nos casos previstos em Lei, ficará impedido de exercer qualquer atribuição ou praticar qualquer ato que tenha implicação com a função legislativa.

Art.38: O Presidente da Câmara poderá oferecer proposições ao plenário, mas deverá afastar-se da Mesa quando estiverem as mesmas em discussão ou votação.

Art.39: O Presidente da Câmara somente poderá votar nas hipóteses em que houver empate, a matéria exigir presença de dois terços, nas votações secretas, maioria absoluta, de eleição e de destituição de membros da Mesa e das Comissões Permanentes e em outros casos previstos em Lei.

Art.40: Compete ao Vice-Presidente:

I- Substituir o Presidente da Câmara em suas faltas, ausências, impedimentos ou licenças;

II- Promulgar e fazer publicar, obrigatoriamente, as Resoluções e os Decretos Legislativos sempre que o Presidente, ainda que se ache em exercício, deixar de fazê-lo no prazo estabelecido:

III- Promulgar e fazer publicar, obrigatoriamente, as Leis quando o Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara, sucessivamente, tenham deixado de fazê-lo, sob pena de perda do mandato de membro da Mesa.

Art.41: Compete ao Secretário:

I- Organizar o expediente e a ordem do dia;

II- Fazer a chamada dos Vereadores ao abrir-se a Sessão e nas ocasiões determinadas pelo Presidente, anotando os comparecimentos e as ausências;

III- Ler a ata, as proposições e demais papéis que devam ser de conhecimento da Casa;

IV- Supervisionar a redação das atas, resumindo os trabalhos da sessão e assinando-as juntamente com o Presidente;

V- Substituir os demais membros da Mesa, quando necessário.



CAPÍTULO II

Do plenário

Art.42: O Plenário é o órgão deliberativo da Câmara, constituindo-se do conjunto dos Vereadores em exercício em local, forma e "quorum" legais para deliberar.

§1º: O local é o recinto de sua sede e só por motivo de força maior o Plenário se reunirá, por decisão própria, em local diverso.

§2º: A forma legal para deliberar é a Sessão.

§3º: "Quorum" é o número determinado na Lei Orgânica Municipal ou neste Regimento, para a realização das Sessões e para as deliberações.

§4º: Integra o plenário o suplente de Vereador regularmente convocado, enquanto dure a convocação.

§5º: Não integra o plenário o Presidente da Câmara, quando se achar em substituição ao Prefeito.

Art.43: São atribuições do plenário, entre outras, as seguintes:

I- Elaborar as Leis municipais sobre matérias de competência do município;
II- Discutir e votar o orçamento anual, o plano plurianual e as diretrizes orçamentárias;

III- Apreciar os vetos, rejeitando-os ou mantendo-os;

IV- Autorizar, sob a forma da Lei, observadas as restrições constantes da Constituição e da Legislação incidente, os seguintes atos e negócios administrativos:

a) Abertura de crédito adicionais, inclusive para atender a subvenções e auxílios financeiros;

b) Operações de créditos;

c) Aquisição onerosa de bens imóveis;

d) Alienação e oneração real de bens imóveis municipais;

e) Concessão e permissão de serviço público;

f) Concessão de direito real de uso de bens municipais;

g) Participação em consórcios intermunicipais;

h) Alteração da denominação de próprios, vias e logradouros públicos;

V- Expedir decretos Legislativos quando assuntos de sua competência privativa, notadamente nos casos de:

a) Perda do mandato de Vereador;

b) Aprovação ou rejeição das contas do município;

c) Concessão ou licença ao Prefeito nos casos previstos em lei;

d) Atribuição de título de cidadão honorário a pessoas que, reconhecidamente, tenham relevantes serviços à comunidade;

VI- Expedir Resoluções sobre assuntos de sua economia interna, mormente quando aos seguintes:

a) Alteração do Regimento Interno;

b) Destituição de membros da Mesa;

c) Julgamento de recursos de sua competência, nos casos previstos na Lei Orgânica ou neste Regimento ;

d) Constituições de Comissões Especiais;

VII- Processar e julgar o Vereador pela prática de infração político-administrativa.



VIII- Solicitar informações ao Prefeito sobre assuntos de administração quando delas necessitarem.

IX- Extinto pela Resolução nº 001/2014.

X Extinto pela Resolução nº 001/2014.

XI- Autorizar a transmissão por rádio ou televisão, ou a filmagem e a gravação de Sessões da Câmara.

XII- Extinto pela Resolução nº 002/2000.

XIII- Propor a realização de consulta popular na forma da Lei Orgânica Municipal.

CAPÍTULO III Das Comissões Seção I

Da Finalidade das Comissões e de suas Modalidades

Art.44.As Comissões são órgãos técnicos compostas de 3 (três) Ve-readores, as quais elegerão um Presidente e um Vice-Presidente, com a finalidade de examinar matéria em tramitação na Câmara e emitir parecer sobre a mesma, ou de proceder estudos sobre assuntos de natureza essencial ou, ainda, investigar fatos determinados de interesse da Administração.

Art.45: As Comissões da Câmara são permanentes e Especiais.

Art.46: As Comissões Permanentes incumbe estudar as proposições e os assuntos distribuídos ao seu exame, manifestando sobre eles sua opinião para orientação do plenário.

Parágrafo único: As Comissões permanentes são as seguintes:

I – Comissão de Constituição, Justiça e Desenvolvimento Social;

II – Comissão de Finanças Públicas, Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura.

Art.47: As Comissões Especiais destinadas a proceder a estudo de assuntos de especial interesse do Legislativo, terão sua finalidade especificada na Resolução que as constituir, a qual indicará também o prazo para apresentarem o relatório de seus trabalhos.

Art.48: A Câmara poderá constituir Comissões Especiais de Inquérito, com a finalidade de apurar irregularidades administrativas do Executivo, da Administração indireta e da própria Câmara.

Parágrafo Único: As denúncias sobre irregularidades e a indicação das provas deverão constar no requerimento que solicitar a constituição da Comissão de Inquérito.

Art.49: As Comissões de Inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, serão criadas pela Câmara mediante requerimento de 1/3 (Um terço) de seus membros para apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público para que este promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.



Art.50: A Câmara constituirá Comissão Especial Processante a fim de apurar a prática de inflação político-administrativa de Vereador, observando o disposto na Lei Orgânica do Município.

Art.51: Em cada Comissão será assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participarem da Câmara.

Art.52: As Comissões Permanentes, em razão da matéria de sua competência, cabe:
I- Discutir e votar as proposições que lhes forem distribuídas, sujeitas à deliberação do plenário;
II- Convocar Secretários Municipais ou ocupantes de cargos da mesma natureza para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições;

Art. 53. Qualquer entidade da sociedade civil poderá solicitar ao Presidente da respectiva Comissão que lhe permita emitir conceitos e opiniões sobre Projetos que com elas se encontrem para estudo.

Art.54: As Comissões Especiais de representação serão constituídas para representar a Câmara em atos externos de caráter cívico ou cultural, dentro ou fora do território do Município.

Seção II

Da Formação das Comissões e de suas Modificações

Art. 55. Os membros das Comissões Permanentes serão indicados pelas respectivas representações partidárias (Bancadas ou Blocos) na sessão seguinte a eleição da Mesa, por um período de 1 (um) ano.

Parágrafo único. Na organização das Comissões Permanentes, obedecer-se-á ao disposto no art. 51 deste regimento, mas não poderá integra-las o Presidente da Câmara e o Vereador que não se achar em exercício.

Art. 56. As Comissões Especiais serão constituídas por proposta da Mesa ou por pelo menos 3 (três) Vereadores, através de Resolução que atenderá ao disposto no art. 47, sendo seus membros indicados pelas respectivas representações partidárias (Bancadas ou Blocos), em conformidade com o art. 51 deste regimento.

Art.57. A Comissão de Inquérito poderá examinar documentos municipais, ouvir testemunhas e solicitar informações necessárias ao Prefeito ou a dirigentes de entidade da Administração indireta, sendo seus membros indicados pelas respectivas representações partidárias (Bancadas ou Blocos), em conformidade com o art. 51 deste regimento.

§1º: Mediante o relatório da Comissão, o Plenário decidirá sobre as providências cabíveis, no âmbito político-administrativo, através de Decreto Legislativo, aprovado pela maioria absoluta dos Vereadores presentes.



§2º: Deliberará ainda o Plenário sobre a conveniência do envio de cópia de peças do Inquérito à Justiça, visando a aplicação de sanções civis ou penais aos responsáveis pelos atos objeto da investigação.

Art.58: O membro de Comissão Permanente poderá, por motivo justificado, solicitar dispensa da mesma.

Parágrafo Único: Para o efeito do disposto neste artigo observar-se-á a condição no art.26.

Art.59: Os membros das Comissões Permanentes serão destituídos caso não compareçam a 3 (três) reuniões consecutivas, salvo motivo de força maior devidamente comprovado.

Parágrafo Único: A destituição dar-se-á por simples pedido de qualquer Vereador, dirigida ao Presidente da Câmara, que após comprovar a autenticidade da denúncia declarará vago o cargo.

Art.60. As vagas nas Comissões por denúncia, destituição, extinção ou perda de mandato de Vereador serão supridas por Vereador da mesma representação partidária (Bancada ou Bloco).

SEÇÃO III

Do Funcionamento das Comissões Permanentes

Art.61:Extinto pela Resolução nº002/2000.

Art.62. As Comissões Permanentes poderão emitir pareceres em matérias a elas solicitadas no período da ordem do dia da Câmara.

Parágrafo Único. O Presidente da Câmara suspenderá a sessão pelo período necessário para fazê-lo.

Art.63: As Comissões Permanentes poderão reunir-se sempre que necessário, presente pelo menos 2 (dois) de seus membros.

Art.64: Extinto pela Resolução nº 003/2009.

Art.65: Compete aos Presidentes das Comissões Permanentes:

I- Convocar reuniões da Comissão respectiva.

II- Presidir às reuniões da Comissão e zelar pela ordem dos trabalhos;

III- Receber matérias destinadas à Comissão e designar-lhes relator ou reservar-se para relata-las pessoalmente;

IV- Fazer observar os prazos dentro dos quais a Comissão deverá desincumbir-se de seus misteres;

V- Representar a Comissão nas relações com a Mesa e o plenário;

VI- Avocar o expediente, para emissão do parecer em 48 (Quarenta e Oito) horas, quando não o tenha feito o relator no prazo;



Parágrafo Único: Dos atos dos Presidentes das Comissões, com os quais não concorde qualquer de seus membros, caberá recurso para o Plenário no prazo de 3 (Três) dias, salvo se se tratar de parecer.

Art.66: Encaminhado qualquer expediente ao Presidente da Comissão Permanente, este designar-lhe-á relator se não se reservar a emissão do parecer, o qual deverá ser apresentado em 10 (Dez) dias.

Art.67: É de 15 (Quinze) dias o prazo para qualquer Comissão Permanente se pronunciar, a contar da data do recebimento da matéria pelo seu Presidente.

§1º: O Prazo a que se refere este artigo será duplicado em se tratar de proposta orçamentária, diretrizes orçamentárias, Plano Plurianual, do processo de prestação de contas do Município e de Projeto de Codificação.

§2º: O Prazo a que se refere este artigo será mantido, quando se tratar de matéria colocada em regime de urgência e de emendas e subemendas apresentadas à Mesa e aprovadas pelo plenário.

Art.68: Poderão as Comissões solicitar, ao Plenário, a requisição ao Prefeito das informações que julgarem necessárias, desde que se refiram a proposição sob a sua apreciação, caso em que o prazo para a emissão de parecer ficará automaticamente prorrogado por tantos dias quantos restarem para o seu esgotamento.

Parágrafo Único: O disposto neste artigo aplica-se aos casos em que as Comissões, atendendo à natureza do assunto, solicitem assessoramento externo de qualquer tipo, inclusive a instituição oficial ou não oficial.

Art.69. As Comissões Permanentes deliberarão, por maioria de vo-tos, sobre o pronunciamento do relator, o qual, se aprovado, pre-valecerá como parecer.

Art.70. Quando a proposição for distribuída a mais de uma Comissão Permanente da Câmara, cada uma delas emitirá o respectivo parecer separadamente, a começar pela Comissão de Constituição, Justiça e Desenvolvimento Social.

Art.71: Sempre que determinada Proposição tenha tramitado nas Comissões, ou somente em uma Comissão, sem que haja sido oferecido, no prazo, o parecer respectivo, o Presidente da Câmara designará relator "ad hoc" para produzi-lo no prazo de 5 (Cinco) dias.

Parágrafo Unico: Escoado o prazo do relator "ad hoc" sem que tenha sido proferido o parecer, a matéria, ainda assim, será incluída na mesma ordem do dia da Proposição a que se refira, para que o Plenário se manifeste sobre a dispensa do mesmo.

Art.72: Somente serão dispensados os pareceres das Comissões, por deliberação do plenário, mediante requerimento de qualquer Vereador, ou por decisão do Presidente da Câmara.



SEÇÃO IV Da Competência das Comissões Permanentes

Art.73. Compete a Comissão de Constituição, Justiça e Desenvolvimento Social manifestar-se sobre todos os assuntos nos aspectos constitucionais e legais, e também sobre matérias ligadas à cidadania, direitos humanos, técnica legislativa, regimento interno, saúde, educação, assistência social, habitação e programas Sociais.

Parágrafo único: Concluindo a Comissão de Constituição, Justiça e Desenvolvimento Social pela ilegalidade ou inconstitucionalidade de um Projeto, seu parecer seguirá ao Plenário para ser discutido, somente quando for rejeitado, prosseguirá aquele sua tramitação.

Art. 74. Compete à Comissão de Finanças Públicas, Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura opinar obrigatoriamente sobre todos os assuntos de caráter financeiro, e também sobre matérias ligadas ao orçamento, fiscalização das contas públicas, tributos, previdência, plano diretor, indústria, comércio, agricultura, pecuária, turismo, cultura, estrutura rural e serviços públicos.

Art.75: Extinto pela Resolução nº 001/2014).

Art.76. Quando se tratar de veto, somente se pronunciará a Comissão de Finanças Públicas, Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura.

Art.77. A Comissão de Finanças Públicas, Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura serão distribuídos a Proposta Orçamentária, as Diretrizes Orçamentárias, o Plano Plurianual e o Processo referente às Contas do município, este acompanhado do parecer prévio correspondente, sendo-lhe vedado solicitar a audiência de outra comissão.

TÍTULO III DOS VEREADORES Capítulo I Do Exercício da Vereança

Art.78: Os Vereadores são agentes políticos investidos de mandato legislativo municipal para uma legislatura de 4 (Quatro) anos, eleitos, pelo sistema partidário e representação proporcional, por voto secreto e direto.

Art.79: É assegurado ao Vereador:

- I- Participar de todas as discussões e votar nas deliberações do plenário, salvo quando tiver interesse na matéria, o que comunicará ao Presidente;
- II- Votar na eleição da Mesa e das Comissões Permanentes;
- III- Apresentar Proposições e sugerir medidas que visem o interesse coletivo, ressalvadas as matérias de iniciativa exclusiva do Executivo;
- IV- Concorrer aos cargos da Mesa e das Comissões, salvo impedimento legal ou regimental;



V- Usar a palavra em defesa das Proposições apresentadas que visam o interesse do Município ou em oposição às que julgar prejudiciais ao interesse público, sujeitando-se às limitações deste regimento.

Art.80: São deveres do Vereador entre outros:

- I- Quando investido no mandato, não incorrer em incompatibilidade prevista na Constituição ou na Lei Orgânica do Município;
- II- Observar as determinações legais relativas ao exercício do mandato;
- III- Desempenhar fielmente o mandato político, atendendo ao interesse público e às diretrizes partidárias;
- IV- Exercer a contento o cargo que lhe seja conferido na Mesa ou em Comissão, não podendo recusar-se ao seu desempenho, salvo o disposto nas arts. 26 e 58;
- V- Comparecer às Sessões pontualmente, salvo motivo de força maior devidamente comprovado, e participar das votações, salvo quando se encontrar impedido;
- VI- Manter o decoro parlamentar;
- VII- Conhecer e observar o Regimento Interno.

Art.81: Sempre que o Vereador cometer, dentro do recinto da Câmara, excesso que deva ser reprimido, o Presidente conhecerá do fato e tomará as providências seguintes, conforme a gravidade:

- I- Advertência em Plenário;
- II- Cassação da palavra;
- III- Determinação para retirar-se do plenário;
- IV- Suspensão da Sessão, para entendimento na Sala da Presidência;
- V- Proposta de perda do mandato de acordo com a legislação vigente.

CAPÍTULO II **Da Interrupção e da Suspensão** **Do Exercício da Vereança e das Vagas**

Art.82: O Vereador poderá licenciar-se sem perder o mandato:

- I- Por doença, devidamente comprovada;
- II- Para desempenhar missões temporárias de caráter cultural ou de interesse do município;
- III- Para tratar de interesse particular, sem remuneração desde que, neste caso, o afastamento não ultrapasse 120 (Cento e vinte) dias;
- IV- Para exercer cargos de provimentos em comissão dos Governos Federal, Estadual e Municipal.

§1º: Para fins de remuneração, consider-se-á como em exercício o Vereador licenciado nos termos do inciso II, e a remuneração de Vereador licenciado nos termos no inciso I, será de acordo com o que estabelecer a legislação em vigor.

§2º: No caso do inciso IV, o Vereador licenciado comunicará previamente à Câmara Municipal a data em que reassumirá seu mandato.

§3º: Em qualquer dos casos, cessados o motivo da licença, o Vereador poderá reassumir o exercício do seu mandato tão logo o deseje.

Art.83: Sujeita-se à perda do mandato o Vereador que:



- I- Infringir qualquer das disposições estabelecidas na Lei Orgânica Municipal;
 - II- Utilizar o mandato para prática de atos de corrupção, de improbidade administrativa ou atentatórios às instituições vigentes;
 - III- Proceder de modo incompatível com a dignidade da Câmara ou faltar com o decoro na sua conduta pública;
 - IV- Faltar a um vigésimo das Sessões Ordinárias e ou Extraordinárias, salvo por motivo devidamente comprovado.
 - V- Fixar domicílio eleitoral fora do Município;
- §1º: As ausências não serão consideradas faltas, quando acatadas pelo plenário.
§2º: É objeto de disposições regimentais o rito a ser seguido nos casos deste artigo, respeitada a legislação estadual e federal.

Art.84: A extinção do mandato se torna efetivada pela declaração do ato ou fato extintivo pelo Presidente, que a fará constar na ata; A perda do mandato se torna efetivada a partir do Decreto Legislativo, promulgado pelo Presidente e devidamente publicado.

Art.85: A renúncia do Vereador far-se-á por ofício dirigido à Câmara, reputando-se aberta a vaga a partir da sua protocolização.

Art.86: Em qualquer caso de vaga, licença ou investidura no cargo de Secretário Municipal ou equivalente, o Presidente da Câmara convocará imediatamente o respectivo suplente.

§1º: O Suplente convocado deverá tomar posse a partir do conhecimento da convocação, salvo por motivo justo aceito pela Câmara, sob pena de ser considerado renunciante.

§2º: Em caso de vaga, não havendo suplente diplomado, o Presidente comunicará o fato dentro de 48 (Quarenta e Oito) horas ao Tribunal Regional Eleitoral, o qual fornecerá certidão comprobatória eleitoral de que concorreu, o número de votos obtidos e a classificação na suplência, sendo este documento hábil para assumir a vaga.

§3º: Enquanto a vaga a que se refere o parágrafo anterior não for preenchida, calcular-se-á o "quorum" em função dos Vereadores remanescentes.

CAPÍTULO III **Da Liderança Parlamentar**

Art.87: São considerados líderes os Vereadores escolhidos pelas representações partidárias para, em seu nome, expressarem em Plenário pontos de vista sobre assuntos em debate.

Art.88: No início de cada Sessão Legislativa, os partidos comunicarão a Mesa a escolha de seus Líderes e Vice-Líderes.

Parágrafo Único: Na falta de indicação, considerar-se-ão líder e Vice-líder, respectivamente, o primeiro e o segundo Vereadores mais votados de cada bancada.



Art.89: As lideranças partidárias não impedem que qualquer Vereador se dirija ao Plenário pessoalmente, desde que observadas as restrições constantes deste regimento.

Art.90: Extinto pela Resolução nº 001, de 04 de março de 2002.

CAPÍTULO IV

Das Incompatibilidades e dos Impedimentos

Art.91: As incompatibilidades de Vereador são somente aquelas previstas na Constituição e na Lei Orgânica do Município.

Art.92: São impedimentos do Vereador aqueles indicados neste Regimento Interno.

CAPÍTULO V

Da Remuneração dos Agentes Políticos

Art.93: O valor a ser fixado para o subsídio do Prefeito, Vice Prefeito, Secretários Municipais e Vereadores serão propostos pela Câmara Municipal, respeitando a legislação em vigor.

Art.94: No período de recesso, tanto os Vereadores como o Presidente da Câmara, receberão o subsídio integral, independentemente de convocação de sessão legislativa extraordinária.

Art.95: O Subsídio dos Vereadores não poderão ultrapassar a 50% (Cinqüenta por Cento) do subsídio do Prefeito Municipal.

Art.96: A ausência de Vereador a Sessão Ordinária da Câmara, sem justificativa legal, determina um desconto em seu subsídio de valor proporcional ao número total de Sessões Ordinárias mensais realizadas.

Art.97. Tanto os Vereadores como o Presidente da Câmara, quando em viagem para fora do município, à serviço ou representação da Câmara Municipal, receberão além das despesas referentes a trans-portes, diárias fixadas por Lei.

TÍTULO IV

DAS PROPOSIÇÕES E DA SUA TRAMITAÇÃO

Capítulo I

Das Modalidades de Proposição e de sua Forma

Art.98: Proposição é toda matéria sujeita à deliberação do plenário, qualquer que seja o seu objeto.

Art.99: São modalidades de proposição:

I- Os Projetos de Lei;



- II- Os Projetos de Decretos Legislativos;
- III- Os Projetos de Resoluções;
- IV- Os Projetos Substitutivos;
- V- As Emendas e Subemendas;
- VI- Os Pareceres das Comissões Permanentes
- VII- Os Relatórios das Comissões Especiais de qualquer natureza;
- VIII- As Indicações;
- IX- Os Requerimentos;
- X- Os Recursos;
- XI- As Representações.

Art.100: As Proposições deverão ser redigidas em termos claros, objetivos e concisos, em língua nacional e na ortografia oficial e assinadas pelo seu autor ou autores.

Art.101: Exceção feita as Emendas e às Subemendas, as proposições deverão conter indicativas do assunto a que se referem.

CAPÍTULO II **Das Proposições em Espécie**

Art.102: Os Decretos Legislativos destinam-se a regular as matérias de exclusiva competência da Câmara, sem a sanção do Prefeito e que tenham efeito externo, como as arroladas no art.43,V.

Art.103: As Resoluções destinam-se a regular as matérias de caráter político ou administrativo relativas a assuntos de economia interna da Câmara, como as arroladas no art.43, VI.

Art.104: A iniciativa dos Projetos de Lei cabe a qualquer Vereador, às Comissões Permanentes, ao Prefeito e aos Cidadões, ressalvados os casos de iniciativa exclusiva do Executivo, conforme determinação legal.

Art.105: Substitutivo é o Projeto de Lei, de Resolução ou de Decreto Legislativo apresentado por um Vereador ou Comissão, para substituir outro já apresentado sobre o mesmo assunto.

Parágrafo Único: Não é permitido substitutivo parcial ou mais de um substitutivo ao mesmo Projeto.

Art.106: Emenda é a proposição como acessória de outra.

§1º: As Emendas podem ser Supressivas, Substitutivas, Aditivas e Modificativas.

§2º: Emenda Supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte de outra.

§3º: Emenda Substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra.

§4º: Emenda Aditiva é a proposição que deve ser acrescentada à outra.

§5º: Emenda Modificativa é a proposição que visa alterar a redação de outra.

§6º: A Emenda apresentada a outra denomina-se Subemenda.



Art.107: Parecer é o pronunciamento de Comissão Permanente sobre a matéria que lhe haja sido regimentalmente distribuída.

Art.108: Relatório de Comissão Especial é o pronunciamento escrito e por esta elaborado, que encerra as suas conclusões sobre o assunto que motivou a sua constituição.

Parágrafo Único: Quando as conclusões de Comissões Especiais indicarem a tomada de medidas legislativas, o relatório poderá se acompanhar de Projeto de Lei, Decreto Legislativo ou Resolução.

Art.109: Indicação é a proposição escrita pela qual o Vereador sugere medidas de interesse público aos poderes competentes.

Art.110: Requerimento é todo pedido verbal ou escrito de Vereador ou de Comissão, feito ao Presidente da Câmara, ou por seu intermédio, sobre assunto do expediente ou da ordem do dia, ou de interesse pessoal do Vereador.

§1º: Serão verbais e decididos pelo Presidente da Câmara os requerimentos que solicitem:

- I- A palavra ou a desistência dela;
- II- A permissão para falar sentado;
- III- A leitura de qualquer matéria para conhecimento do Plenário;
- IV- A observância de disposição regimental;
- V- A retirada, pelo autor, de requerimento ou proposição ainda não submetido à deliberação do plenário;
- VI- A requisição de documento, processo, livro ou publicação existentes na Câmara sobre proposição em discussão.
- VII- A justificativa de voto e sua transcrição em ata;
- VIII- A ratificação de ata;
- IX- A Verificação de "quorum".

§2º: Serão igualmente verbais e sujeitos à deliberação do plenário os requerimentos que solicitem:

- I- Dispensa de leitura da matéria constante de ordem do dia;
- II- Destaque de matéria para votação;
- III- Votação a descoberto;
- IV- Encerramento de discussão;
- V- Manifestação do plenário sobre aspectos relacionados com matéria em debate;
- VI- Voto de louvor, congratulações, pesar ou repúdio.

§3º: Serão escritos e sujeitos à deliberação do plenário os requerimentos que versem sobre:

- I- Renúncia de cargo da Mesa ou Comissão;
- II- Audiência de Comissão Permanente;
- III- Juntada de documentos ao processo ou seu desentranhamento;
- IV- Inserção de documentos em ata;
- V- Preferência para discussão de matéria ou redução de interstício regimental por discussão;
- VI- Inclusão de proposição em regime de urgência;
- VII- Retirada de proposição já colocada sob deliberação do plenário;



VIII- Constituições de Comissões Especiais;

IX- Convocação de Secretário Municipal ou ocupante de cargos da mesma natureza para prestar esclarecimentos em plenário.

Art.111: Recurso é toda petição de Vereador ao Plenário contra ato do Presidente, nas casos expressamente previstos neste regimento.

Art.112: Representação é a exposição escrita e circunstanciada de Vereador ao Presidente da Câmara ou ao Plenário, visando a destituição de membro de Comissão Permanente, ou a destituição de membro da Mesa, respectivamente, nas casos previstos neste Regimento Interno.

Parágrafo Único: Para efeitos regimentais, equipara-se à representação a denúncia contra o Presidente ou Vereador, sob a acusação de prática de ilícito político-administrativo.

CAPÍTULO III

Da Apresentação e da Retirada da Proposição

Art.113: Todas as matérias serão apresentadas na secretaria da Câmara, onde serão protocoladas e encaminhadas ao Presidente .

Art.114: Os Projetos oriundos do Executivo, os Vetos e relatórios de Comissões Especiais, serão apresentadas nos próprios processos com encaminhamento ao Presidente da Câmara.

Art.115: O Presidente ou a Mesa, conforme o caso, não aceitará proposição:

I- Que vise delegar a outro Poder atribuições privativas do Legislativo, salvo a hipótese de lei delegada;

II- Que seja apresentada por Vereador licenciado ou afastado;

III- Que tenha sido rejeitada na mesma sessão legislativa, salvo se tiver sido subscrita pela maioria absoluta do legislativo;

IV- Que seja formalmente inadequada, por não observar este regimento;

V- Quando for apresentada fora do prazo;

VI- Quando a indicação versar sobre matéria que, em conformidade com este regimento, deva ser objeto de requerimento;

VII- Quando a representação não se encontrar devidamente documentada ou arguir fatos irrelevantes ou impertinentes;

Art.116: As Proposições poderão ser retiradas mediante requerimento de seus autores ao Presidente da Câmara, se ainda não se encontrarem sob deliberação do plenário ou com a anuência deste, em caso contrário:

§1º: Quando a Proposição haja sido subscrita por mais de um autor, é condição de sua retirada que todos a requeiram.

§2º: Quando o autor for o Executivo, a retirada deverá ser comunicada através de ofício, não podendo ser recusada.



Art.117: No início de cada Legislatura, a Mesa ordenará o arquivamento de todas as proposições apresentadas na legislatura anterior que se achem sem parecer, exceto as proposições sujeitas à deliberação em prazo certo.

Parágrafo Único: O Vereador autor da proposição arquivada na forma deste artigo, poderá requerer o seu desarquivamento e retransmissão.

CAPÍTULO IV **Da Tramitação das Proposições**

Art.118: Recebida qualquer proposição escrita, será encaminhada ao Presidente da Câmara, que determinará a sua tramitação.

Art.119: Quando a proposição consistir em Projeto de Lei, de Medida Provisória, de Decreto Legislativo, de Resolução ou de Projeto Substitutivo, uma vez lida pelo Secretário durante a ordem do dia, será encaminhada pelo Presidente às Comissões Permanentes para os pareceres técnicos.

§1º: No caso de Projeto Substitutivo oferecido por determinada Comissão, ficará prejudicada a remessa à sua própria autora.

§2º: Os Projetos originários elaborados pela Mesa ou por Comissão Permanente ou Especial em assuntos de sua competência, dispensarão pareceres para a sua apreciação pelo Plenário.

Art.120: Sempre que o Prefeito vetar, no todo ou em parte, determinada proposição aprovada pela Câmara, comunicado o veto a esta, a matéria será “incontinenti” encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Desenvolvimento Social.

Art.121: Os pareceres das Comissões Permanentes serão obrigatoriamente incluídos na ordem do dia em que serão apreciadas as proposições a que se referem.

Art.122: Os Pedidos de Providências, após lidos, serão encaminhados, independente de deliberação do plenário, por meio de ofício, a quem de direito, através do(a) Secretário(a) da Câmara.

Art.123: Durante os debates, na ordem do dia, poderão ser apresentados requerimentos que se estritamente ao assunto discutido. Esses requerimentos estarão sujeitos à deliberação do plenário, sem prévia discussão, admitindo-se entretanto, encaminhamento pelo proponente e pelos líderes partidários.

Art.124: O regime de urgência será concedido pelo plenário por requerimento de qualquer Vereador, quando se tratar de matéria de relevante interesse público ou de requerimento escrito que exigir, por sua natureza, a pronta deliberação do plenário.

Art.125: Quando, por extravio ou retenção indevida, não for possível o andamento de qualquer proposição, já estando vencidos os prazos regimentais, o Presidente da Câmara fará reconstituir o respectivo processo e determinará a sua retransmissão, ouvida a Mesa.



TÍTULO V
DAS SESSÕES DA CÂMARA
CAPÍTULO I
Das Sessões em Geral

Art.126: As Sessões da Câmara serão Ordinárias, Extraordinárias ou Solenes, assegurado o acesso ao público em geral.

§1º: Qualquer cidadão poderá assistir às sessões da Câmara, na parte do recinto reservada ao público, desde que:

I- Apresente-se convenientemente trajado;

II- Não porte arma;

III- Conserve-se em silêncio durante os trabalhos;

IV- Não manifeste apoio ou desaprovação ao que se passa em Plenário;

V- Atenda às determinações do Presidente.

§2º: O Presidente determinará a retirada do assistente que se conduza de forma a perturbar os trabalhos e evacuará o recinto sempre que julgar necessário.

Art.127: As Sessões Ordinárias da Câmara Municipal serão semanais, realizando-se nos dias úteis, às Segundas-Feiras, às 18 (Dezoito) horas.

Art.128: As Sessões Extraordinárias realizar-se-ão em qualquer dia da semana e a qualquer hora, inclusive domingos e feriados ou após as Sessões Ordinárias.

Parágrafo Único: Somente se realizarão Sessões Extraordinárias quando se tratar de matéria altamente relevantes e urgentes.

Art.129: As Sessões Solenes realizar-se-ão a qualquer dia e hora, para fim específico, não havendo prefixação de sua duração.

Parágrafo Único: As Sessões poderão realizar-se em qualquer local seguro e acessível, a critério da Mesa.

[Art.130: Extinto pela Resolução nº002/2000.](#)

Art.131: As Sessões da Câmara serão realizadas no recinto destinado ao seu funcionamento.

Parágrafo Único: Não considerará como falta a ausência de Vereador à Sessão que se realize fora da sede edificada.

Art.132: A Câmara observará o recesso legislativo determinado na Lei Orgânica do Município.

§1º: Nos períodos de recesso legislativo, a Câmara poderá reunir-se em sessão legislativa Extraordinária quando regularmente convocada pelo Prefeito, pelo Presidente da Câmara ou a requerimento de um terço dos Vereadores, para apreciar matéria de interesse público relevante e urgente.

§2º: Na Sessão Legislativa Extraordinária, a Câmara somente deliberará sobre matéria para a qual foi convocada.



Art.133: A Câmara somente se reunirá quando tenha comparecido, à sessão a maioria de seus membros, e as deliberações são tomadas por maioria de votos dos presentes.

§1º: O disposto neste artigo não se aplica às sessões Solenes, que se realizarão com qualquer número de Vereadores presentes.

§2º: Verificada a ausência dos membros da Mesa ou seus substitutos assumirá a Mesa o Vereador mais idoso.

Art.134: Durante as Sessões, somente os Vereadores e funcionários da Câmara poderão permanecer na parte do recinto do Plenário que lhes é destinada.

§1º: A convite da Presidência, ou por sugestão de qualquer Vereador, poderão se localizar nessa parte, para assistir a sessão, as autoridades públicas federais, estaduais, distritais ou municipais presentes ou personalidades que estejam sendo homenageadas.

§2º: Os Visitantes recebidos em Plenário em dias de Sessão poderão usar a palavra para agradecer à saudação que lhes seja feita pelo Legislativo.

Art.135: De cada Sessão da Câmara lavrar-se-á ata dos trabalhos, contendo sucintamente os assuntos tratados, a fim de ser submetida ao Plenário.

§1º: As proposições e os documentos apresentados em sessão, serão indicados na ata somente com a menção do objeto a que se referirem, salvo requerimento de transcrição integral aprovado pelo Plenário.

§2º:Extinto pela Resolução nº002/2000.

§3º: A Ata da última Sessão de cada legislatura será redigida e submetida à aprovação na própria Sessão com qualquer número, antes de seu encerramento.

CAPÍTULO II

Das Sessões Ordinárias

Art.136: As Sessões Ordinárias compõem-se de duas partes: o Expediente e a Ordem do Dia.

Art.137: A hora do início dos trabalhos, feita a chamada dos Vereadores pelo Secretário, o Presidente, havendo número legal, declarará aberta a Sessão.

Parágrafo Único: Não havendo número legal, o Presidente efetivo ou eventual aguardará 15 (quinze) minutos que aquele se complete e, caso assim não ocorra, fará lavrar ata sintética, com o registro dos nomes dos Vereadores presentes, declarando, em seguida, prejudicada a realização da Sessão.

Art.138: A ata da Sessão anterior ficará à disposição dos Vereadores para verificação, sendo que o Presidente da Câmara colocará a mesma em discussão e votação, sendo considerada aprovada quando obtiver a maioria simples dos votos dos Vereadores presentes.

§1º: Qualquer Vereador poderá requerer a leitura da ata no todo ou em parte, mediante aprovação do requerimento pela maioria dos Vereadores presentes, para efeito de mera ratificação.



§2º: Se o pedido de ratificação não for contestado pelo Secretário, a ata será considerada aprovada, com a ratificação, caso contrário, o Plenário deliberará a respeito.

§3º: Levantada impugnação sobre os termos da ata, o Plenário deliberará a respeito; aceita a impugnação, será lavrada nova ata.

§4º: Aprovada, a ata será assinada pelo Presidente e pelo Secretário.

§5º: Não poderá impugnar a ata Vereador ausente à Sessão a que a mesma se refira.

Art.139: Após a aprovação da ata, o Presidente determinará ao Secretário(a) Executivo(a) a leitura da matéria do expediente, obedecendo a seguinte ordem:

I- Expedientes oriundos do Prefeito e Secretários Municipais;

II- Expedientes oriundos de diversos;

III- Expedientes apresentados pelos Vereadores.

Parágrafo Único: Expediente de interesse, que necessite deliberação do Plenário, poderá ser requerido por Vereador, para que o mesmo passe a figurar na Ordem do Dia, podendo o Presidente indeferir o pedido.

Art. 140: Findado o material de Expediente, passar-se-á a matéria constante da Ordem do Dia.

Art.141. Nenhuma proposição poderá ser posta em discussão, sem que tenha sido incluída na ordem do dia, com antecedência no mínimo de 72 (setenta e duas) horas antes do início das sessões ordinárias.

Art.142: A organização da pauta da Ordem do Dia obedecerá aos seguintes critérios preferenciais:

I- Matérias apresentadas pelos Vereadores, que não necessitam deliberação do Plenário;

a) Voto de Pesar;

b) Ofícios;

c) Pedido de Providência;

d) Pedido de Informação;

e) Pedido de Licença.

II- Matérias que necessitam deliberação do Plenário:

a) Autorização;

c) Indicações;

d) Moções;

e) Requerimentos.

III-Projetos que entram na Sessão em curso:

a) Projetos de Resolução e Decretos Legislativos;

b) Projetos de Lei oriundo do Legislativo;

c) Projetos de Lei oriundo do Executivo.

IV- Vetos encaminhados na Sessão em curso;

V- Projeto para deliberação, acompanhado de parecer, ou que tenha esgotado seu prazo sem a manifestação de Comissão;

VI- Vetos para deliberação do Plenário.



Parágrafo Único: As matérias, pela ordem de preferência, figurarão na pauta observada a ordem cronológica de sua apresentação entre aquelas de mesma classificação.

Art.143: Dos documentos apresentados no expediente ou na ordem do dia, serão oferecidas cópias aos Vereadores quando solicitadas pelos mesmos ao Diretor da Secretaria da Casa, exceção feita aos Projetos de Lei, cujas cópias serão entregues obrigatoriamente.

Parágrafo Único: O Vereador ausente na Sessão em que forem entregues as cópias dos Projetos de Lei, deverá solicitar cópia ao Diretor da Secretaria.

Art.144: O Secretário(a) Executivo(a) procederá à leitura do que se houver de discutir e votar, a qual poderá ser dispensada a requerimento verbal de qualquer Vereador, com aprovação do Plenário.

Art.145: Esgotada a Ordem do Dia, o Presidente, em seguida, concederá a palavra, para explicação pessoal, pelo prazo máximo de 5 (cinco) minutos.

Parágrafo Único: O Vereador que estiver fazendo uso da palavra não poderá ser aparteado.

Art.146: Não havendo mais oradores para falar em explicação pessoal, o Presidente declarará encerrada a Sessão.

CAPÍTULO III **Das Sessões Extraordinárias**

Art.147: As Sessões Extraordinárias serão convocadas na forma prevista na Lei Orgânica do Município mediante comunicação escrita aos Vereadores, com a antecedência de 24 (vinte e quatro) horas.

Parágrafo Único: Sempre que possível, a convocação far-se-á em Sessão, caso em que será feita comunicação escrita apenas aos ausentes à mesma.

Art.148: A Sessão Extraordinária compor-se-á exclusivamente de Ordem do Dia, que se cingirá à matéria objeto de convocação, observando-se quanto à aprovação da ata da Sessão anterior Ordinária ou Extraordinária.

Parágrafo Único: Aplicar-se-ão, às Sessões Extraordinárias, no que couber, as disposições atinentes às Sessões Ordinárias.

CAPÍTULO IV **Das Sessões Solenes**

Art.149: As Sessões Solenes serão convocadas pelo Presidente da Câmara, indicando a finalidade da reunião.

§1º: Nas Sessões Solenes não haverá expediente nem ordem do dia formal, dispensadas a leitura da ata e a verificação de presença.



§2º: Nas Sessões Solenes, somente poderão usar a palavra, além do Presidente da Câmara, o líder partidário ou o Vereador pelo mesmo designado, o Vereador que propôs a Sessão como orador oficial da cerimônia e as pessoas homenageadas.

TÍTULO VI
DAS DISCUSSÕES E DAS DELIBERAÇÕES
Capítulo I
Das Discussões

Art.150: Discussão e o debate pelo Plenário de Proposição figurante na ordem do dia, antes de se passar a deliberação sobre a mesma.

§1º: Não estão sujeitas a discussão, as matérias do art.142,I.

§2º: O Presidente declarará prejudicada a discussão:

- I- De qualquer Projeto com objeto idêntico ao de outro que já tenha sido aprovado antes, ou rejeitado na mesma Sessão Legislativa, excetuando-se nesta última hipótese, aprovação pela maioria absoluta dos membros do Legislativo;
- II- Da proposição original, quando tiver substitutivo aprovado;
- III- De Emenda ou Subemenda idêntica a outra já aprovada ou rejeitada;
- IV- De Requerimento repetitivo;

Art.151: A discussão da matéria constante da ordem do dia só poderá ser efetuada com a presença da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Art.152: Terão uma única discussão as seguintes matérias:

- I- As que tenham sido colocadas em regime de urgência;
- II- Os Projetos de Lei oriundos do Executivo com solicitação de prazo;
- III- Veto;
- IV- Os Projetos de Decretos Legislativo ou de Resolução de qualquer natureza;
- V- As Proposições.

Art.153: O adiamento da discussão de qualquer proposição dependerá da deliberação do Plenário e somente poderá ser proposto antes de iniciar-se a mesma.

§1º: O adiamento aprovado será sempre por tempo determinado.

§2º: Não se considera adiamento de matéria que se ache em regime de urgência.

§3º: O adiamento poderá ser motivado por pedido de vista, caso em que, se houver mais de um, a vista será sucessiva para cada um dos requerentes e pelo prazo máximo de 3 (três) dias para ambos.

Art.154: O encerramento da discussão de qualquer proposição dar-se-á pela ausência de oradores, pelo decurso dos prazos regimentais ou por requerimento aprovado pelo Plenário.

Parágrafo Único: Somente poderá ser requerido o encerramento da discussão após terem falado pelo menos 1(um) Vereador favorável à proposição e 1(um) contrário, entre os quais o autor do requerimento, salvo desistência expressa.



CAPÍTULO II

Da Disciplina dos Debates

Art.155: Os debates deverão realizar-se com dignidade e ordem, cumprindo ao Vereador atender às seguintes determinações regimentais:

- I- Dirigir-se ao Presidente ou à Câmara voltado para a Mesa, salvo quando responder aparte;
- II- Não usar da palavra sem a solicitar e sem receber consentimento do Presidente;
- III- Referir-se ou dirigir-se a outro Vereador pelo tratamento de Excelência.

Art.156: O Vereador a que for dada a palavra deverá inicialmente declarar a que título se pronuncia e não poderá:

- I- Usar a palavra com finalidade diferente do motivo alegado para a solicitar;
- II- Desviar-se da matéria em debate;
- III- Falar sobre matéria vencida;
- IV- Usar de linguagem imprópria;
- V- Ultrapassar o prazo que lhe competir;
- VI- Deixar de atender às advertências do Presidente.

Art.157: O Vereador somente usará a palavra:

- I- No expediente, quando for para solicitar ratificação ou impugnação de ata;
- II- Para discutir matéria em debate, encaminhar votação ou justificar o seu voto;
- III- Para apartear na forma regimental;
- IV- Para explicação pessoal;
- V- Para levantar questão de ordem ou pedir esclarecimento à Mesa;
- VI- Para apresentar requerimento verbal de qualquer natureza;
- VII- Quando for designado para saudar qualquer visitante ilustre.

Parágrafo Único: O prazo para cada Vereador usar a palavra nas explicações pessoais é de 5(cinco) minutos, e será permitida a cedência de tempo de um Vereador para outro.

Art.158: O Presidente solicitará ao orador, por iniciativa própria ou a pedido de qualquer Vereador, que interrompa o seu discurso nos seguintes casos:

- I- Para leitura de requerimento de urgência;
- II- Para comunicação importante à Câmara;
- III- Para recepção de visitantes;
- IV- Para atender pedido de palavra "pela ordem", sobre questão regimental.

Art.159: Quando mais de um Vereador solicitar a palavra simultaneamente, o Presidente concede-la-á na seguinte ordem:

- I- Ao autor da proposição em debate;
- II- Ao relator do parecer em apreciação;
- III- Ao autor da Emenda;
- IV- Alternadamente, a quem seja pró ou contra a matéria em debate.

Art.160: Para aparte ou interrupção do orador por outro para indagação ou comentário relativamente à matéria em debate, observar-se-á o seguinte:



- I-O aparte deverá ser expresso em termos corteses e não poderá exceder a 3(três) minutos;
- II- Não serão permitidos apartes paralelos, sucessivos ou sem licença expressa do orador;
- III- Não é permitido apartear o Presidente nem o orador que fala "pela ordem", em explicação pessoal, para encaminhamento de votação ou para declaração de voto;

CAPÍTULO III **Das Deliberações**

Art.161: As deliberações do Plenário serão tomadas por maioria simples, sempre que não se exija a maioria absoluta ou a maioria de 2\3(dois terços), conforme as determinações constitucionais, legais ou regimentais aplicáveis em cada caso.

Parágrafo Único: Para efeito de "quorum" computar-se-á a presença de Vereador impedido de votar.

Art. 162: A deliberação se realiza através de votação.

Parágrafo Único: Considerar-se-á qualquer matéria em fase de votação a partir do momento em que o Presidente declarar encerrada a discussão.

Art.163: O voto será sempre público nas deliberações da Câmara.

Art.164: Os processos de votação são 2(dois): Simbólico e Nominal.

§1º: O Processo Simbólico consiste na simples contagem de votos a favor ou contra a proposição, mediante convite do Presidente aos Vereadores para que permaneçam sentados ou se levantem, respectivamente.

§2º: O Processo Nominal consiste na expressa manifestação de cada Vereador, pela chamada, sobre em que sentido vota, respondendo sim ou não, salvo quando se tratarem de votações através de cédulas em que essa manifestação não será extensiva.

Art.165: O Processo Simbólico será a regra geral para as votações, somente sendo abandonado por impositivo legal ou regimental ou a requerimento aprovado pelo Plenário.

§1º: Do resultado da votação Simbólica qualquer Vereador poderá requerer verificação mediante votação nominal, não podendo o Presidente indeferi-la.

§2º: Não se admitirá segunda verificação de resultado da votação.

§3º: O Presidente, em caso de dúvida, poderá, de ofício, repetir a votação simbólica para a recontagem dos votos.

Art.166: A Votação será Nominal nos seguinte casos:

I- Eleição da Mesa ou destituição de membro da Mesa;

II - [Extinto pela Resolução nº 001/2014.](#)

III- Julgamento das Contas do Município;

IV- Perda de mandato de Vereador;

V- Só é permitido a abstenção no caso do presente artigo.



Parágrafo Único: Na hipótese dos incisos I, III e IV o processo de votação será indicado no art.19,§4º.

Art.167: Uma vez iniciada a votação, somente se interromperá se for verificada a falta de número legal, caso em que os votos já colhidos serão considerados prejudicados.

Parágrafo Único: Não será permitido ao Vereador abandonar o Plenário no curso da votação, salvo se acometido de mal súbito, sendo considerado o voto que já tenha proferido.

Art.168: Terão preferência para votação as emendas supressivas e as emendas e substitutivos oriundos das Comissões.

Parágrafo Único: Apresentadas 2(duas) ou mais emendas sobre o mesmo artigo ou parágrafo, será admissível requerimento de preferência para a votação da emenda que melhor se adaptar ao Projeto, sendo o requerimento apreciado pelo Plenário, independentemente de discussão.

Art.169: Sempre que a Comissão for pela rejeição do Projeto, deverá o Plenário deliberar primeiro sobre o parecer, antes de entrar na consideração do Projeto.

Art.170: O Vereador poderá, ao votar, fazer declaração de voto, que consiste em indicar as razões pelas quais adota determinada posição em relação ao mérito da matéria.

Parágrafo Único: A declaração só poderá ocorrer quando toda a proposição tenha sido abrangida pelo voto.

Art.171: Enquanto o Presidente não haja proclamado o resultado da votação, o Vereador que já tenha votado poderá ratificar o seu voto.

Art.172: Proclamado o resultado da votação, poderá o Vereador impugná-lo perante o Plenário, quando daquela tenha participado Vereador impedido.

Parágrafo Único: Na hipótese deste artigo, acolhida a impugnação, repetir-se-á a votação sem considerar-se o voto que motivou o incidente.

Art.173: Aprovada pela Câmara um Projeto de Lei, este será enviado ao Prefeito, para sanção e promulgação ou veto, uma vez expedidos os respectivos autógrafos.

Parágrafo Único: Os Projetos de Lei aprovados serão antes da remessa ao Executivo, arquivado cópia na Secretaria da Câmara.



TÍTULO VII
DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA ESPECIAL
E DOS PROCEDIMENTOS DE CONTROLE
Capítulo I
Da Elaboração Legislativa Especial
Seção I
Do Orçamento

Art. 174. Recebida do Prefeito a proposta Orçamentária, dentro do prazo e na forma legal, o Presidente enviará à Comissão de Finanças Públicas, Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura.

Parágrafo único: No decêndio, os Vereadores poderão apresentar na Comissão emendas à proposta, nos casos em que sejam permitidas.

Art.175. A Comissão de Finanças Públicas, Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura, pronunciar-se-á em 30 (trinta) dias, findo os quais, com ou sem parecer, a matéria será incluída na ordem do dia.

Art.176: A Lei Orgânica Municipal estabelecerá o prazo para apreciação do Orçamento.

SEÇÃO II
Das Codificações

Art.177:Código é a reunião de disposições legais sobre a mesma matéria, de modo orgânico e sistemático, visando estabelecer os princípios gerais do sistema adotado e prover completamente a matéria tratada.

Art.178.Os Projetos de codificação, depois de apresentados em plenário, serão distribuídos por cópia aos Vereadores e encaminhados à Comissão de Constituição, Justiça e Desenvolvimento Social, observando-se para tanto o prazo de 15 (quinze) dias

§1º: Nos 15(quinze) dias subseqüentes, poderão os Vereadores encaminhar à Comissão emendas e sugestões a respeito.

§2º.A critério da Comissão de Constituição, Justiça e Desenvolvimento Social poderá ser solicitada assessoria de órgão de assistência técnica ou parecer de especialista na matéria, desde que haja recursos para atender a matéria específica, ficando nessa hipótese suspensa a tramitação da matéria.

§3º: A Comissão terá 30(trinta) dias para exarar parecer, incorporando as emendas apresentadas que julgar convenientes ou produzindo outros, em conformidade com as sugestões recebidas.

§4º: Exarado o parecer ou, na falta deste, o processo será incluído na pauta da ordem do dia mais próxima possível.



CAPÍTULO II
Dos Procedimentos de Controle
Seção I
Do Julgamento das Contas

Art. 179: Recebidas as contas prestadas pelo (a) Prefeito (a), acompanhadas do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado, o (a) Presidente (a) que adotar as seguintes providências:

I. determinará a publicação do Parecer Prévio no Mural e na página eletrônica da Câmara Municipal, garantindo sua publicidade, podendo divulgar através de publicação em jornal de grande circulação do Município ou de realização de audiência pública, devendo o mesmo permanecer disponível para consulta popular na Secretaria da Câmara Municipal;

II. encaminhará o processo à Comissão responsável pelas Finanças;

§1º Ao receber o Processo de Julgamento de Contas, a Comissão responsável:

I. notificará o (a) interessado (a) do recebimento do Parecer Prévio na Câmara Municipal para, querendo, no prazo de quinze (15) dias, apresentar defesa às conclusões contidas no referido parecer, acostando todas as provas que julgar necessárias, em respeito aos Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa, podendo indicar prova testemunhal até no máximo de três (três) testemunhas.

II. Verificará eventual prova testemunhal a ser produzida, sendo as testemunhas ouvidas pela Comissão em dia, hora e local previamente designados, em prazo não superior a dez (10) dias a contar do recebimento da defesa.

III. Havendo necessidade de esclarecer fatos apontados, a Comissão responsável poderá requerer diligências que julgar necessárias podendo inclusive, ouvir testemunhas de ofício.

IV. Encerrada a instrução do julgamento de contas, a Comissão notificará o(a) interessado(a) para, querendo, apresentar sua defesa final escrita, no prazo de quinze (15) dias.

§2º Durante todo o curso do processo de julgamento de contas, os autos deverão permanecer disponíveis ao(a) interessado(a), seu(sua) procurador(a), aos quais será permitida a extração de cópias que julgarem necessárias, bem como à comunidade em geral, do que poderá ter vista.

Art. 180 Esgotando-se os trâmites previstos no artigo anterior, a Comissão responsável terá o prazo de quinze (15) dias para emitir parecer.

§1º O(a) interessado(a) deverá ser notificado acerca do agendamento da reunião da Comissão responsável para, querendo, se fazer presente e acompanhar os trabalhos.

§2º Em seu parecer, que deverá ser técnico, a Comissão apreciará as contas e as questões suscitadas, devendo a decisão ser fundamentada, com a manifestação expressa da opinião de cada um dos membros.



§3º O A decisão da Comissão poderá ser definida pela maioria de seus membros, caso a unanimidade não seja obtida.

§4º Concluirá a Comissão pela apresentação de projeto de Decreto Legislativo, cuja redação acolherá o entendimento sobre a aprovação ou rejeição das contas prestadas, devolvendo o processo de julgamento de contas ao Presidente do Poder Legislativo, para adoção das providências necessárias.

Art. 181 Findo o prazo previsto no artigo anterior, o Decreto Legislativo respectivo será incluído na Ordem do Dia da segunda Sessão Plenária Ordinária subsequente, para discussão e votação.

§1º Deverá a Presidência da Câmara notificar o (a) interessado (a) ou seu(a) procurador(a) constituído(a) acerca do teor da decisão da Comissão responsável e do Projeto de Decreto Legislativo.

I. A notificação deverá conter, no mínimo, cópia da decisão da Comissão e cópia do Projeto de Decreto Legislativo, bem como ciência de que o(a) interessado(a) poderá requerer fazer sua defesa, através de sustentação oral em plenário, pelo período de vinte (20) minutos.

II. O interesse pela sustentação oral deverá ser protocolado junto à secretaria da Casa Legislativa até quarenta e oito horas (48h) antes da sessão, para inclusão em pauta;

III. O(a) interessado(a) poderá, sustentar pessoalmente sua defesa, ou se fazer representado(a) por procurador(a).

IV. A defesa oral será feita, em plenário, após a leitura do resumo do Parecer Prévio do Tribunal de Contas e do Parecer da Comissão responsável.

V. Cópia do julgamento de contas deverá ser entregue a cada um dos Vereadores, para ciência dos autos, mediante recibo, com antecedência mínima de cinco (5) dias da data da sessão de julgamento.

§2º Ao votar o Projeto de Decreto Legislativo, se este acolher o Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado:

I. considerar-se-á rejeitado se receber o voto contrário de dois terços (2/3), ou mais, dos (as) Vereadores(as), caso em que a Mesa, acolhendo a posição majoritária indicada pelo resultado da votação, elaborará a nova redação final;

II. considerar-se-á aprovado se a votação apresentar qualquer outro resultado.

§3º Se o Projeto de Decreto Legislativo não acolher o Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado:

I. considerar-se-á aprovado o seu conteúdo se receber o voto favorável de dois terços (2/3) ou mais dos Vereadores (as);

II. considerar-se-á rejeitado o seu conteúdo, se a votação apresentar qualquer outro resultado, caso em que a Mesa deverá acolher as conclusões do Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado, na elaboração da nova redação final.

Art. 182 A Mesa comunicará o resultado da votação ao Tribunal de Contas do Estado ou órgão equivalente, na forma da lei.



SEÇÃO II Do Processo de Perda do Mandato

Art.183: A Câmara processará o Vereador pela prática de inflação político-administrativo definida na legislação incidente, observadas as normas adjetivas, inclusive "quorum", estabelecidas nessa mesma legislação.

Parágrafo Único: Em qualquer caso, assegurar-se-á ao acusado plena defesa.

Art.184: O julgamento far-se-á em Sessão ou Sessões Extraordinárias para este efeito convocadas.

Art.185: Quando a deliberação for no sentido de culpabilidade do acusado, expedir-se-á Decreto Legislativo de perda de mandato, do qual se dará notícia à Justiça Eleitoral.

SEÇÃO III Da Convocação dos Secretários Municipais

Art.186.As Comissões da Câmara poderão convocar os Secretários Municipais ou ocupantes de cargos da mesma natureza, para prestar informações sobre a Administração Municipal, sempre que a medida se faça necessária para assegurar a fiscalização apta do Legislativo sobre o Executivo.

Art.187. A convocação deverá ser requerida por escrito, pelo Presidente da respectiva Comissão.

Parágrafo único. A convocação deverá indicar, explicitamente, o motivo da solicitação.

Art.188. A convocação se efetivará mediante ofício assinado pelo Presidente da respectiva comissão, indicando dia e hora para o comparecimento.

Art.189. Convocados, os Secretários Municipais poderão incumbir assessores, que acompanhem na ocasião para responderem às indagações.

Art.190: Extinto pela Resolução nº 001/2014.

Art.191: A Câmara poderá optar pelo pedido de informações ao Prefeito por escrito.

Parágrafo Único: O Prefeito deverá responder às informações, observando o prazo indicado na lei Orgânica do Município.

Art.192: Sempre o que Prefeito se recusar a prestar informações à Câmara, quando devidamente solicitado, o autor da proposição deverá produzir denúncia para efeito da cassação do mandato do infrator.



SEÇÃO IV Do Processo Destituitório

Art.193: Sempre que qualquer Vereador propuser a destituição de membro de Mesa, o Plenário, conhecendo da representação, deliberará, preliminarmente, em face da prova documental oferecida por antecipação pelo representante, sobre o processamento da matéria.

§1º: Caso o Plenário se manifeste pelo processamento da representação, autuada a mesma pelo Secretário, o Presidente, ou o seu substituto legal, se for ele o denunciado, determinará a notificação do acusado para oferecer defesa no prazo de 15(quinze) dias e arrolar testemunhas até o máximo de 3(três), sendo-lhe enviada cópia da peça acusatória e os documentos que a tenham instruído.

§2º: Se houver defesa, quando esta for anexada aos autos, com os documentos que a acompanharam, o Presidente mandará notificar o representante para confirmar a representação ou retirá-la, no prazo de 5(cinco) dias.

§3º: Se não houver defesa, ou, se havendo, o representante confirmar a acusação, será sorteado relator para o processo e convocar-se-á Sessão Extraordinária para apreciação da matéria, na qual serão inqueridas as testemunhas de defesa e acusação, até o máximo de 3(três) para cada lado.

§4º: Não poderá funcionar como relator qualquer membro da Mesa.

§5º: Na Sessão, o relator, que se assessorará de servidor da Câmara, inquirirá as testemunhas perante a Plenário, podendo qualquer Vereador formular-lhes perguntas do que se lavrar a assentada.

§6º: Findada a inquirição, o Presidente da Câmara concederá 30(trinta) minutos, para se manifestarem individualmente o representante, o acusado e o relator, seguindo-se a votação da matéria pelo Plenário.

§7º: Se o Plenário decidir, por 2/3(dois terços) de votos dos Vereadores, pela destituição, será elaborado Projeto de Resolução pelo Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

TÍTULO VIII DO REGIMENTO INTERNO E DA ORDEM REGIMENTAL Capítulo I Das Questões de Ordem e dos Procedentes

Art.194: As interpretações de disposições do Regimento feitas pelo Presidente da Câmara, em assuntos controversos, desde que o mesmo assim o declare perante o Plenário, de ofício ou a requerimento de Vereador, constituirão precedentes regimentais.

Art.195: Os Casos previstos neste Regimento serão resolvidos soberanamente pelo Plenário, cujas decisões se considerarão ao mesmo incorporadas.

Art.196: Questão de Ordem é toda dúvida levantada em Plenário quando á interpretação e á aplicação do Regimento.



Art.197: Cabe ao Presidente resolver as Questões de Ordem, não sendo lícito a qualquer Vereador opor-se à decisão.

CAPÍTULO II

Da Divulgação do Regimento e de sua Reforma

Art.198: A Secretaria da Câmara fará reproduzir este Regimento, distribuindo cópias aos Vereadores, e enviando cópia ao Prefeito municipal.

Art.199: Este Regimento Interno somente poderá ser alterado, reformado ou substituído pelo voto da maioria absoluta dos membros da Edilidade mediante proposta:
I- De 1/3(um terço), no mínimo, dos Vereadores;
II- Da Mesa;

TÍTULO IX

DA GESTÃO DOS SERVIÇOS INTERNOS DA CÂMARA

Art.200: Os Serviços administrativos da Câmara incumbem à sua Secretaria e reger-se-ão por ato regulamentar próprio baixado pelo Presidente.

Art.201: As determinações do Presidente à Secretaria sobre expediente serão de ordem de serviço e as instruções aos servidores sobre o desempenho de suas atribuições constarão de portarias.

Art.202: A Secretaria fornecerá aos interessados, no prazo de 15(quinze) dias, as certidões que tenham requerido ao Presidente, para defesa de direitos e esclarecimentos de situações de interesse pessoal, bem como preparará os expedientes de atendimento às requisições judiciais, independentemente de despacho, no prazo de 5(cinco) dias.

Art.203: A Secretaria manterá os registros necessários aos serviços da Câmara.

§1º: São obrigatórios os seguintes livros:

I- Livro de atas das Sessões, ou encadernações das atas tipograficamente enumeradas;

II: Livro de Atas das reuniões das Comissões, ou encadernações das atas tipograficamente enumeradas.

III- Livro de atas de Posse dos Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito.

§2º: Os livros serão abertos, rubricados e encerrados pelo Secretário da Mesa.

Art.204: As despesas da Câmara, dentro dos limites das disponibilidades orçamentárias consignadas no orçamento do Município e dos créditos adicionais, serão ordenados pelo Presidente da Câmara.

Art.205: A movimentação dos recursos orçamentários da Câmara serão movimentados em acordo com a Secretaria Municipal da Fazenda.



Art.206: As despesas de pronto pagamento definidas em Lei específica poderão ser pagas mediante a adoção do regime de adiantamento.

Art.207: A Contabilidade da Câmara Municipal, será integrada com a da Prefeitura Municipal.

TÍTULO X **DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

Art.208: Não haverá expediente do Legislativo nos dias de ponto facultativo decretado pelo Município.

Art.209: Os prazos previstos neste Regimento são contínuos e irrelevantes, contando-se o dia de seu começo e o do seu término e somente se suspendendo por motivo de recesso.

Art.210: Este Regimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Passa Sete, 03 de Janeiro de 1997.

JOSÉ ALZEMIRO ALVES
Ver. do PTB
Presidente

Composição da Câmara Municipal de Passa Sete:

Bancada do PTB: Ataides Lopes
Almores Ferraz da Silva
Eloi Kipper
José Alzemirolves
Lauro Lair Boer
Oswaldo Bernardy

Bancada do PMDB: Bernadete Rech Loebens
João Francisco Calheiro

Bancada do PPB: Almerindo Rubert